



Sindicato dos Trabalhadores da USP

Carta aberta a população e à comunidade USP contra as demissões sumárias dos Trabalhadores dos navios do IO-USP!!!

Reitoria e Direção do Instituto Oceanográfico querem demitir sem pagar os direitos dos trabalhadores dos Navios Alpha Crucis, Alpha Delphini e embarcações de Cananeia e Ubatuba, que há 40, 30, 20, 15 e 12 anos prestam serviços relevantes especializados e de qualidade aos senhores pesquisadores e estudantes que demandam o ensino e as pesquisas oceanográficas riquíssimas cientificamente e milionárias em dinheiro público e da iniciativa privada, bem como, para pesquisadores do mundo, principalmente norte-americanos, com descobertas inéditas de materiais para a construção de placas solares, "nas pedras do Alto Rio Grande".

O atual reitor, junto com a CODAGE (que infla a folha de pagamento da USP erroneamente) e Procuradoria Geral que praticou, endossou e impôs estes procedimentos ao longo de décadas, agora considera os procedimentos que ela mesma validou, vícios administrativos, dizendo hoje que os gestores não podem praticar a "improbidade administrativa" e dizem que têm que demitir esses trabalhadores, tendo como causa "a não prestação de concurso público".

Esta Universidade já teve 5.725 empregos públicos irregulares autuada pelo Tribunal de Contas do Estado, em 2007, todos regularizados à época, pelo próprio Tribunal de Contas, devido a uma grande Greve dos Funcionários e Estudantes. Na época a "douta" Procuradoria Geral da USP (que tem em seus quadros procuradores que não prestaram Concurso Público e foram alçados ao cargo de Procurador com penas de caneta do Reitor Rodas), deveriam já ter regularizado esses empregos públicos, como regularizaram os 5.725 irregulares, mas não o fizeram por incompetência. Algum procurador foi demitido ou será demitido por "improbidade administrativa"???

E os pesquisadores que se beneficiaram do trabalho destes tripulantes, não sabiam de nada durante estas décadas???. Também serão demitidos por incorrerem em "improbidade administrativa"???

Passaram os reitores: -Adolpho José Melfi, Suely Vilela Sampaio, João Grandino Rodas (que comprou um dos navios), Marco Antonio Zago, Vahan Agopyan, todos com grande prestígio hoje na comunidade acadêmica, não foram para a cadeia, não pagaram multas ao TCE (Tribunal de Contas de Estado) não tiveram suas propriedades confiscadas, pelo contrário, muitos ocupam cargos públicos na área da pesquisa, ciência e tecnologia. Mas agora vem o Prof. Carlotti falar em "improbidade administrativa", sendo que foi pró-reitor de pesquisa, portanto não trabalhou direito, pois nunca colocou os pés nos navios e agora vem querer impor que os trabalhadores paguem o pato que nunca comeram???

Passaram os diretores do Instituto Oceanográfico: Rolf Roland Weber, Belmiro Mendes de Castro Filho, Ana Maria Setubal Pires Vanin, Michel Michaelovitch de Mahiques, Frederico Pereira Brandini, Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva, Paulo Yukio Sumida e Eduardo Siegler. Nenhum destes senhores e senhoras sabiam como eram geridos esses navios e embarcações. Todos serão também demitidos por praticarem "improbidade administrativa"?? Prof. Michel, que sempre se dizia amigo da tripulação, que foi quem comprou um dos navios, sabe da história destes valorosos trabalhadores. Foi com 12 deles e mais 6 pesquisadores, que durante 30 dias permaneceram dentro do Navio Alpha Crucis, em Seattle - EUA - consertando e sem sair de dentro do mesmo, por causa de vistos, pois tratava-se de um navio em reparo e tinha que chegar ao Brasil. A tripulação toda lembra dos bons e maus momentos em que sangraram as águas calmas e raivosas do mar em busca de conhecimento, ensinando e aprendendo e hoje abandonada por todos, com exceção dos estudantes que estão solidários com a mesma.

Nunca estes senhores e senhoras souberam de uma procuração oficial, registrada em cartório com amplo poderes para um antigo funcionário do navio "**Prof. W. Besnard**", que fazia papel de agenciador há mais de 30 anos, que sob o olhar e orientação dos "competentes diretores administrativos e financeiros do IO-USP e da CODAGE, e os brilhosos procuradores revalidavam os registros destes trabalhadores no nome

da Universidade de São Paulo, em Carteira Profissional, os quais possuem número funcional, votam nas eleições de órgãos colegiados e CIPA, anualmente recebem a Declaração de Imposto de Renda e mediante declaração pagam os seus impostos, a USP deposita o FGTS na Caixa Econômica Federal, paga quinquênio, sexta-parte e benefícios sociais e outras provas contundentes. Agora o reitor vem demitir os trabalhadores???. E OS SENHORES E AS SENHORAS NÃO SERÃO DEMITIDOS???

Os trabalhadores dos Navios do Instituto Oceanográfico são **SERVIDORES PÚBLICOS DA USP**, gostem o reitor, a CODAGE e a Procuradoria Geral da USP ou não. Eles têm o direito ao emprego público na USP, pois assim eles foram contratados.

Professores e pesquisadores viraram as costas para estes trabalhadores que durante anos serviram com dedicação, para que eles se tornarem "**top**" no mundo acadêmico e ganharem muito dinheiro. O Diretor irresponsável, em plena crise, se afasta da direção, passando o governo para um vice-diretor, deixando 30 pais de famílias que o ajudaram em suas pesquisas milionárias, com milhões de gastos em equipamentos e hoje abandonados no navio Alpha Crucis. Eles serão demitidos? Com certeza não! **PARA ELES TUDO, PARA NÓS NADA! NEM MESMO O EMPREGO!**

Os pesquisadores se acovardaram diante de um reitor autoritário e centralizador e uma Procuradoria Geral que praticou até aqui todas as "improbidades administrativas" que ela diz existir, inclusive sentando em cima de uma sindicância, durante mais de doze anos, aceitando a demissão desta tripulação, que trazia a excelência ao ensino, pesquisa e extensão da Universidade de São Paulo, pois todos sabiam da forma como era gerida a administração dos navios. A cumplicidade envolve a todos - reitores, diretores e pesquisadores - sabiam e ganharam muito com tudo isto. Por que só os **TRABALHADORES** serem demitidos, pagarem a conta e terem seus direitos confiscados?

Estes gestores já cometeram crime contra o Patrimônio Público, que foi abandonarem o Navio "Prof. Besnard", atracado no Porto de Santos, até apodrecer, para depois fazer doação. A população de Santos, **JÁ ESTÁ INDIGNADA COM ESTA SITUAÇÃO**, pois afinal o Patrimônio Público é dinheiro do povo e não de reitores e ou diretores de unidades e agora, sabendo desta atrocidade com os trabalhadores e com certeza com o abandono destes navios, estão perguntando: "**Mas a USP não é uma das melhores universidades do mundo?? Não está ganhando Prêmio de Excelência??Que vergonha??**"

Outro **CRIME** que querem cometer é entregar um Patrimônio Público no valor de 11 milhões de dólares (apenas um navio, pois os demais ainda não apuramos os valores) nas mãos de um empresário aventureiro (amigo do diretor do IO), que foi escolhido em uma licitação duvidosa, pois a empresa assinou um contrato com a universidade, sem ter documentações exigidas pela Marinha da tripulação, selecionada às pressas, que desconhecem os navios e não possuem experiência com as pesquisas. Tal empresa fará a guarnição das embarcações até o final de ano, pois a ordem da reitoria é ficar com os navios parados no Porto de Santos, enquanto isto, os pesquisadores alugam navios de outras universidades por R\$ 16.000,00 por dia e ainda estão contratando pessoas para as suas pesquisas (por falta de funcionários) **SEM CONCURSO PÚBLICO!**

NÃO PODERIAM APROVEITAR NOSSOS NAVIOS E OS ATUAIS COMANDANTES E TRIPULAÇÕES??

Hoje o custo com a folha de pagamento e encargos e agendamentos está em torno de R\$650.000,00 por mês. A empresa que ganhou a licitação, sem estar preparada para assumir a gestão, receberá por mês o valor de R\$ 1.469.600,30.

Os trabalhadores não aceitam esse quadro de humilhação e descaso, nem serem tratados como objetos pela Reitoria, Procuradoria Geral, Direção do Instituto Oceanográfico e Pesquisadores. Eles exigem apenas **SEUS EMPREGOS e os seus DIREITOS TRABALHISTAS**. A Procuradoria Geral utiliza artigos da Constituição Federal para demitir, mas omite os artigos que garantem o direito à dignidade de homens e mulheres. **EXIGIMOS** que as pesquisas deverão servir à humanidade e ao desenvolvimento de um país e não à provocação da desumanidade, das desavenças e do tratamento diferenciado dentro da universidade!

Apelamos ao reitor que repense esta política de demissões e não pagamento dos direitos dos trabalhadores, para que esta universidade se torne realmente democrática e justa.

São Paulo, 5 de outubro de 2023

Sindicato dos Trabalhadores da USP